



## DIRETORIA JURÍDICA

### Parecer

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 02/2023

### RELATÓRIO

Subscrito pelo Poder Executivo, é o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2023 que *“Dá nova redação ao inciso VII, do artigo 196, da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis e dá outras providências.”*

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

### ANÁLISE JURÍDICA

Trata-se de Projeto de Emenda à Lei Orgânica com o fito de reservar o percentual anual de 0,8% da receita líquida, de cada exercício do Município, nos ensinos de nível técnico e de nível superior.

Registra-se, de proêmio, que a matéria tratada na proposta se encontra amparada pelo art. 30, incisos I e VI, da Constituição da República, que atribuiu ao Município a competência para dispor *“sobre assuntos de interesse local”*.

A implementação de políticas públicas na área da educação encontra base no art. 205 da Constituição da República, o qual destaca que a *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

O artigo 211 da Constituição Federal aduz que *“Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil”* (§2º) e que *“Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório”* (§4º). Por sua vez o §5º do mesmo artigo preconiza que *“a educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular”*.

Como se observa, não há obrigatoriedade do Município manter ou instituir ensino técnico ou superior, entretanto, nada obsta que sejam adotados meios de



fomento ou de promoção dos respectivos ensinos, por meio de políticas públicas ou incentivo financeiro.

*Neste sentido a Lei Orgânica do Município realça que:*

*"Art.196 O Município promoverá:*

*(...)*

*VII – possibilidade para acesso aos demais níveis de ensino;"*

Os artigos 206 e 208 da Constituição da República, por sua vez, estabelecem os princípios e os parâmetros mínimos que deverão ser observados por todos os entes da Federação quando da atuação na área de educação, dentre eles destaco:

*Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:*

*(...)*

*IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

*Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:*

*(...)*

*V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;*

Nestes termos, a reserva de valores destinados à área de educação visando investimentos nos ensinos de nível técnico e superior, **aliada à autonomia do Município para organizar o seu orçamento**, está em conformidade com as diretrizes traçadas pela Constituição da República e pela Lei Orgânica do Município, de maneira que a proposta não carece de apontamentos sobre este ponto.

Não obstante, vale uma importante observação.

De acordo a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional), **o Município só poderá custear**



esses níveis de ensino depois de aplicar 25% na educação infantil e no ensino fundamental, vejamos:

*Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:*

*(...)*

*V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.*

Esta também é a observação rigorosa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que em seu Manual sobre Aplicação no ensino<sup>1</sup> escreve:

*“O Município somente atuará nos ensinos médio e superior após aplicar os 25% de impostos na Educação Infantil (creches e pré-escolas) e no Ensino Fundamental (1º a 9º ano), Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (Fundamental) e estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência. É o que dispõe o art. 11, V, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.”*

Desta forma, a aplicação da presente norma esculpida no projeto, caso aprovada, somente deverá ser observada quando aplicado os 25% constitucionais na educação regular.

De outro norte, ressalto a **desnecessidade de estimativa de impacto orçamentário-financeiro**, requisito exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto porque a finalidade primordial de tal documento é comprovar que o crédito constante do orçamento é suficiente para cobertura da despesa que se está pretendendo realizar. No caso, **além de não causar efeito no exercício financeiro vigor**, a reserva do valor já fará parte do planejamento e terá seus impactos medidos quando da confecção da futura Lei Orçamentária.

Para não deixar dúvida, recomenda-se que seja realizada uma emenda ao art. 2º do Projeto para que, se aprovado, a alteração pretendida entre em vigor somente em 01 de janeiro de 2025.

---

<sup>1</sup> <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Aplica%C3%A7%C3%A3o%20no%20ensino.pdf>



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Feitas tais considerações e sem adentrar nos aspectos de conveniência e oportunidade da matéria, esta Diretoria opina pela viabilidade jurídica do projeto, pois atende a legislação de regência.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Diretoria Jurídica conclui pela **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE** da propositura.

Recomenda-se, outrossim, o encaminhamento do Projeto às Comissões Permanentes.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 26 de fevereiro de 2024 .

**Josias Freitas de Jesus Rosado**

Diretor Jurídico

OAB/SP nº 376.715